

SUMÁRIO

PARTE I

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA UMA APROPRIADA POSTULAÇÃO EM JUÍZO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	SOLUÇÃO DE LITÍGIOS PERANTE O PODER JUDICIÁRIO.....	5
2.1	Estrutura jurisdicional brasileira	5
2.2	Lide, processo e procedimento	10
2.2.1	Escolha, mecanismos e critérios para solução de conflitos.....	10
2.2.2	Tentativa consensual prévia e via contenciosa.....	13
2.2.3	Jurisdição voluntária e conclusão sobre a via contenciosa.....	15
2.3	Processo de conhecimento	16
2.3.1	Cabimento e utilidade.....	16
2.3.2	Procedimento	18
2.3.2.1	Procedimentos especiais	19
2.4	Processo de execução	19
2.5	Tutela provisória	20
2.6	Escolha da medida judicial adequada.....	22
2.7	Exercícios para a escolha da medida judicial adequada	24
2.8	Elementos visuais facilitadores nos atos processuais (<i>visual law</i>).....	26
3.	PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA.....	31
3.1	Considerações iniciais.....	31
3.2	Partes e interessados	31
3.3	Capacidade de ser parte	32
3.4	Capacidade processual.....	32
3.4.1	Capacidade processual das pessoas físicas	33
3.4.2	Capacidade processual das pessoas jurídicas.....	35
3.5	Capacidade postulatória.....	36
3.6	Dos procuradores	37
3.6.1	Da procuração judicial.....	37
3.6.1.1	Deveres éticos quanto à representação.....	39
3.6.1.2	Modelo de procuração judicial.....	40

3.6.2	Da procuração extrajudicial.....	41
3.6.2.1	Modelo de procuração extrajudicial.....	41
3.6.3	Da procuração <i>ad judicia et extra</i>	42
3.6.3.1	Modelo de procuração <i>ad judicia et extra</i> para advogados integrantes de sociedade de advogados	42
3.6.4	Substabelecimento.....	44
3.6.4.1	Modelo de substabelecimento com reserva de poderes	44
3.6.4.2	Modelo de substabelecimento sem reserva de poderes.....	45
3.6.5	Saída do advogado do processo: renúncia e revogação do mandato	46
3.6.5.1	Modelo de renúncia ao mandato por advogado (comunicação ao cliente e petição)	48
3.6.5.2	Modelo de petição e termo de revogação de mandato	50
3.7	Custas iniciais e taxas.....	51
3.8	Honorários advocatícios	52
3.8.1	Dos honorários contratados.....	53
3.8.1.1	Da cláusula <i>quota litis</i>	54
3.8.1.2	Da cláusula de êxito	54
3.8.2	Modelos de contratos de honorários.....	54
3.8.2.1	Modelo de contrato de honorários (com valor já estipulado).....	55
3.8.2.2	Modelo de contrato de honorários com sociedade de advogados – honorários estipulados com cláusula <i>ad exitum</i>	57
3.8.2.3	Modelo de contrato de honorários com cláusula <i>quota litis</i>	59
3.8.3	Dos honorários sucumbenciais.....	60
3.8.4	Percepção de honorários na conciliação e na mediação	63
4.	PETIÇÃO INICIAL	65
4.1	Considerações prévias	66
4.2	Requisitos da petição inicial	67
4.2.1	Endereçamento.....	68
4.2.1.1	Exercícios para fixação da competência	73
4.2.2	Qualificação das partes	75
4.2.3	Causa de pedir.....	78
4.2.4	Pedido	81
4.2.5	Valor da causa.....	85
4.2.5.1	Exercícios para formulação do pedido e atribuição de valor à causa.....	88
4.2.6	Requerimento de provas.....	89
4.2.7	Opção pela realização da audiência de mediação ou conciliação	91
4.2.7.1	Perfil dos meios consensuais e critérios para sua adoção	92
4.2.7.2	Aspectos procedimentais da adoção dos meios consensuais em juízo.....	92
4.2.8	Outras indicações da petição inicial.....	93
4.2.8.1	Elementos ligados à capacidade postulatória.....	94

4.2.8.2	Requerimento da forma de citação	95
4.2.8.3	Recolhimentos e documentação	100
4.2.8.4	Menções diferenciadas	100
4.3	Modelo de petição inicial comentado.....	101
5.	AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO.....	107
5.1	Finalidade	107
5.2	Obrigatoriedade ou facultatividade da designação	109
5.3	Condução da sessão consensual em juízo	113
5.4	Temas aptos a serem abordados nos meios consensuais	115
5.5	Ampliação de opções e papel do advogado	116
5.6	Atuação do advogado antes das sessões consensuais.....	118
5.7	Atuação do advogado durante as sessões consensuais.....	119
6.	TUTELA PROVISÓRIA.....	127
6.1	Considerações prévias	127
6.2	Tutelas de urgência	129
6.2.1	Pressupostos e concessão liminar	129
6.2.2	Restrições	131
6.2.3	Efetivação	131
6.2.4	Tutela antecipada antecedente	132
6.2.5	Tutela cautelar antecedente.....	134
6.3	Diferença entre as tutelas de urgência e fungibilidade.....	135
6.4	aspectos relevantes para o peticionamento.....	137
6.4.1	Competência.....	137
6.4.2	Petição inicial.....	138
6.4.3	Pedido de medida liminar	140
6.4.4	Pedido principal, eficácia e extinção da medida	141
6.4.5	Resposta do réu	142
6.4.6	Modelo comentado de tutela provisória antecipada antecedente.....	142
6.5	Tutela de urgência incidental e meios de efetivação.....	146
6.5.1	Peticionamento incidental	146
6.5.2	Efetivação por meios peculiares.....	147
6.5.2.1	Arresto.....	147
6.5.2.2	Sequestro	149
6.5.3	Modelo comentado de tutela provisória cautelar incidental de arresto	150
6.6	Tutela provisória da evidência.....	154
7.	DA RESPOSTA DO RÉU	157
7.1	Considerações prévias	157
7.2	Respostas do réu no CPC	158

7.3	Contestação	159
7.3.1	Considerações prévias	159
7.3.2	Requisitos formais da contestação.....	160
7.3.3	Princípio da eventualidade e ônus da impugnação específica.....	160
7.3.4	Conteúdo da contestação.....	162
7.3.4.1	Defesa de mérito.....	163
7.3.4.1.1	Defesa direta.....	164
7.3.4.1.2	Defesa indireta.....	164
7.3.4.2	Defesa processual	164
7.3.4.3	Exercícios para distinguir matérias alegadas no mérito e em preliminar	167
7.3.5	Modelo de contestação comentado.....	168
7.3.6	Outras preliminares de contestação previstas no CPC/2015 (que eram apresentadas de forma apartada à contestação no CPC/1973).....	174
7.3.6.1	Da incompetência relativa.....	174
7.3.6.1.1	Exercícios relacionados à incompetência	175
7.3.6.1.2	Modelo comentado tratando de incompetência relativa.....	176
7.3.6.2	Da incorreção do valor da causa.....	178
7.3.6.3	Da impugnação à concessão da justiça gratuita.....	178
7.3.6.3.1	Modelo de impugnação à justiça gratuita comentado..	181
7.4	Da Alegação de impedimento ou suspeição	184
7.5	Da intervenção de terceiros provocada pelo réu	185
7.5.1	Denunciaçāo da lide.....	186
7.5.2	Chamamento ao processo	186
7.5.3	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica	187
7.5.4	<i>Amicus curiae</i>	188
7.5.5	Indicação de quem deve figurar no polo passivo, no caso de alegação de ilegitimidade passiva.....	188
7.6	Da reconvenção	189
7.7	Síntese das possibilidades de defesa do réu.....	190
8.	PRAZOS, PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	191
8.1	Considerações iniciais.....	191
8.2	Prazos processuais	192
8.2.1	Períodos computáveis.....	192
8.2.2	Forma de contagem do prazo	193
8.2.3	Informatização do processo	195
8.3	Visão geral sobre as providências preliminares.....	198
8.4	Réplica.....	198
8.4.1	Modelo de réplica comentado.....	199

8.5	julgamento conforme o estado do processo	203
8.5.1	Saneamento do processo.....	204
8.6	Revisão do panorama geral do procedimento comum.....	206
9.	PROCESSO DE EXECUÇÃO E FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	207
9.1	Introdução: entendendo o processo de execução autônomo e a fase de cumprimento de sentença.....	207
9.2	Dos requisitos necessários para a execução autônoma	209
9.3	As diversas espécies de execução e o procedimento da execução de quantia certa contra devedor solvente	210
9.4	Petição inicial na execução	213
9.5	Modelo de petição inicial de execução de título executivo extrajudicial.....	214
9.6	Defesa do executado na execução autônoma: embargos à execução/embargos do devedor.....	216
9.7	Modelo de embargos à execução.....	219
9.8	Cumprimento de sentença.....	223
9.9	Modelo de petição para provocar o início da fase de cumprimento de sentença	225
9.10	Defesa no cumprimento de sentença: impugnação	227
9.11	Modelo de impugnação	229
9.12	Da exceção de pré-executividade	233
9.13	Embargos à execução e impugnação: quadro comparativo.....	235
10.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	237
10.1	Considerações prévias.....	237
10.2	Peculiaridades dos procedimentos especiais	238
10.2.1	Legitimidade	239
10.2.2	Pedido	239
10.2.3	Alterações procedimentais.....	240
10.3	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	241
10.3.1	Visão geral	241
10.3.2	Modelo comentado: alimentos	242
10.3.3	Modelo comentado: ação possessória.....	247
10.4	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	252
10.4.1	Visão geral	252
10.4.2	Aspectos práticos.....	253
10.4.2.1	Modelo comentado: homologação de acordo extrajudicial.....	254
11.	DOS RECURSOS	257
11.1	Considerações prévias.....	257
11.2	Recursos existentes no direito brasileiro.....	259
11.3	Recurso adesivo	261
11.4	Natureza da decisão e recurso cabível.....	262
11.5	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	266

11.6 Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	266
11.6.1 Legitimidade para recorrer	267
11.6.2 Interesse em recorrer	268
11.6.3 Cabimento	268
11.6.4 Impedimentos recursais (renúncia, desistência e aquiescência).....	269
11.6.5 Tempestividade.....	269
11.6.6 Custas (preparo e porte de remessa e de retorno).....	271
11.6.7 Regularidade formal	272
11.7 Agravos.....	274
11.7.1 Agravo contra decisão de 1º grau.....	274
11.7.1.1 Fim do agravo retido e modo de impugnar interlocutórias não agraváveis de instrumento.....	276
11.7.1.2 Requisitos do agravo de instrumento.....	277
11.7.1.3 Modelo de agravo de instrumento comentado.....	281
11.7.2 Agravo interno	288
11.7.2.1 Modelo de agravo interno (regimental, ou legal) comentado.....	290
11.7.3 Agravo em recurso especial ou agravo em recurso extraordinário	294
11.7.3.1 Modelo de agravo em recurso especial comentado	295
11.8 Apelação.....	299
11.8.1 Modelo de apelação comentado.....	304
11.8.2 Existência de voto vencido no julgamento da apelação (técnica do julgamento estendido, que substituiu os embargos infringentes)	311
11.9 Embargos de declaração	312
11.9.1 Modelo de embargos de declaração comentado.....	314
11.10 Recurso ordinário	316
11.11 Recurso especial	318
11.11.1 Modelo de recurso especial comentado.....	322
11.12 Recurso extraordinário	330
11.12.1 Modelo de recurso extraordinário comentado	334
11.13 Embargos de divergência	339
12. COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	341
12.1 Considerações prévias	341
12.2 Conceito de coisa julgada	342
12.3 Limites da coisa julgada.....	343
12.4 Ação rescisória.....	344
12.4.1 Modelo de ação rescisória comentado	347

PARTE II

PRINCIPAIS AÇÕES E RECURSOS (COM MODELOS DE PEÇAS) PARA A ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM JUÍZO

INTRODUÇÃO.....	353
-----------------	-----

1.	PROCESSO DE CONHECIMENTO	355
1.1	Procedimento COMUM	355
1.1.1	Ação de cobrança – empréstimo.....	355
1.1.2	Ação indenizatória – atraso em voo.....	357
1.1.3	Ação indenizatória – prestação de serviços turísticos	360
1.1.4	Ação revisional de aluguel	364
1.1.5	Ação de reparação de dano sofrido em acidente de veículos.....	367
1.2	Procedimentos Especiais	370
1.2.1	Ação de reconhecimento e extinção de união estável	370
1.2.2	Ação de reconhecimento e extinção de união estável homoafetiva.....	373
1.2.3	Ação de divórcio litigioso.....	376
1.2.4	Ação de investigação de paternidade	380
1.2.5	Ação de investigação de paternidade c/c alimentos	382
1.2.6	Abertura de testamento – testamento público.....	385
1.2.7	Ação de alimentos movida por descendente.....	386
1.2.8	Ação de alimentos movida por ascendente	388
1.2.9	Arrolamento sumário: herdeiros maiores, sem conflitos	391
1.2.10	Ação de consignação em pagamento.....	394
1.2.11	Ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação	397
1.2.12	Ação de despejo por falta de pagamento.....	399
1.2.13	Ação de despejo – denúncia vazia	401
1.2.14	Embargos de terceiro.....	404
1.2.15	<i>Habeas corpus</i> (prisão civil – não pagamento de alimentos)	406
1.2.16	Ação indenizatória – colisão de veículos – JEC	408
1.2.17	Ação indenizatória – transporte aéreo – JEC.....	411
1.2.18	Ação monitória	414
1.2.19	Ação de reintegração de posse	416
1.2.20	Ação de interdito proibitório.....	419
1.2.21	Ação renovatória (locação)	422
1.2.22	Ação de retificação de registro civil (retificação de assento).....	425
1.2.23	Ação revisional de alimentos.....	427
1.2.24	Ação de divórcio consensual	430
1.2.25	Ação de usucapião.....	432
1.2.26	Protesto interruptivo de prescrição	435
1.2.27	Contestação nos Juizados Especiais Cíveis (JEC).....	436
2.	EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E SUAS DEFESAS	441
2.1	Execução por quantia – título executivo extrajudicial	441
2.2	Cumprimento de sentença – título executivo judicial	443
2.3	Embargos do devedor (defesa do devedor na execução de título executivo extrajudicial).....	444

2.4	Impugnação (defesa do devedor na fase de cumprimento de sentença – título executivo judicial)	447
2.5	Apelação em cumprimento de sentença	450
2.6	Cumprimento de sentença – sentença que condena ao pagamento de honorários sucumbenciais	453
3.	TUTELA PROVISÓRIA	455
3.1	Tutela provisória cautelar antecedente de arresto.....	455
3.2	Tutela provisória cautelar antecedente de separação de corpos	459
3.3	Tutela provisória cautelar antecedente de sustação de protesto.....	461
3.3.1	Variação do problema anterior: ação indenizatória decorrente de indevido protesto, com pedido liminar de tutela provisória cautelar antecedente de sustação de protesto.....	464
3.4	Tutela provisória cautelar antecedente (prestação de serviços médicos).....	465
3.5	Produção antecipada de provas	470
4.	RECURSOS	473
4.1	Agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal.....	473
4.2	Agravo de instrumento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal ...	477
4.3	Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo.....	481
4.4	Agravo em recurso especial (agravo “de decisão denegatória de recurso especial” – CPC, art. 1.042)	484
4.5	Apelação (com preliminar e pedido de reforma)	488
4.6	Apelação (com pedido de anulação/reforma)	492
4.7	Apelação (pedido de reconsideração e/ou anulação)	495
4.8	Embargos de declaração – omissão.....	497
4.9	Embargos de declaração – prequestionamento	499
4.10	Recurso ordinário constitucional	500
	BIBLIOGRAFIA	505